

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendores, de acordo com o disposto da Lei 9656/98 e as instruções normativas do órgão regulador, divulgamos neste ato, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde, denominada Plena Saúde Ltda, sob o Registro de Operadora

ANS nº 34.883-0, classificada como Medicina de Grupo de atenção Médico-Hospitalar, relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

Perspectivas e Planos da Administração para o Exercício de 2015

Esperamos que 2015 seja um ano bastante desafiador visto a estagnação econômica apresentada desde 2013, pressão inflacionária e aumento da taxa básica de juros.

Seguiremos nossa estratégia de controle acirado dos custos, que associado ao aumento gradual do ticket médio tem nos proporcionado o incremento em nosso resultado operacional. Nossa estratégia de crescimento é baseada no modelo de expansão orgânica. Entretanto, a Plena Saúde, mantém-se atenta a eventuais oportunidades de aquisições que possam lhe proporcionar crescimento sustentável em novas praças, visando ganho

por meio de economias de escala, sinergias organizacionais e captura de valor.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos parceiros: rede credenciada, fornecedores, corretores e clientes pela confiança depositada em nossa administração, bem como aos nossos colaboradores, pela decisiva contribuição na conquista dos resultados apurados.

BALANÇO PATRIMONIAL FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)				
ATIVO	Nota Explicativa	2014	2013	
CIRCULANTE				
Caixa e Bancos	4	692.729	497.289	
Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas	5	6.002.865	5.480.424	
Aplicações Financeiras Não Vinculadas às Provisões Técnicas	6	3.242.260	4.637.215	
Creditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	1.757.322	965.029	
Creditos Tributários e Previdenciários	8	835.708	475.187	
Outros Créditos a Receber	9	709.729	1.829.708	
Despesas Antecipadas	10	33.027	33.027	
Total do circulante		13.268.640	13.917.879	
Depósitos Judiciais	15	1.948.554	-	
Imobilizado, líquido	10	2.710.422	2.336.722	
Intangível, líquido	11	43.336	44.082	
Total do não circulante		4.702.312	2.380.804	
TOTAL DO ATIVO		17.970.952	16.298.683	

BALANÇO PATRIMONIAL FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)				
PASSIVO	Nota Explicativa	2014	2013	
CIRCULANTE				
Provisões Técnicas de Op. Assist. à Saúde	12.1	12.467.469	10.780.452	
Debitos de Op. Assistência à Saúde		22.050	337.744	
Provisões para Ações Judiciais	16	341.200	-	
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	737.916	841.221	
Empréstimos e Financiamentos	14	52.995	62.424	
Obrigações com Pessoal		340.359	181.900	
Fornecedores	15	94.831	190.700	
Outras obrigações		25.596	6.099	
Total do circulante		14.082.416	12.399.610	
Provisão para contingências	16	70.000	202.340	
Parcelamento de Tributos	13	617.576	249.769	
Empréstimos e Financiamentos	14	26.497	-	
Total do não circulante		714.073	452.109	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	17.1	960.000	960.000	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17.2b	3.242.493	3.242.493	
Reserva Legal		560	560	
Prejuízos Acumulados		(1.028.590)	(756.089)	
Total do patrimônio líquido		3.174.463	3.446.964	
TOTAL DO PASSIVO		17.970.952	16.298.683	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)				
	Nota Explicativa	2014	2013	
RECEITAS COM OPERAÇÃO DE ASSIST. À SAÚDE		57.614.802	50.308.063	
Tributos diretos de operações		(1.942.348)	(2.117.211)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		55.672.454	48.190.852	
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS				
Eventos conhecidos	(44.091.380)	(35.632.301)		
(-) Recuperação de eventos		166.314	191.950	
Variação da provisão técnica		(625.372)	(1.221.235)	
LUCRO BRUTO COM OPERAÇÃO DE ASSIST. À SAÚDE (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		11.121.816	11.529.266	
(13.092.667)		(10.503.081)		
com vendas		(3.117.070)	(1.663.834)	
Ganhos administrativos	18	(7.668.889)	(5.807.701)	
Honorários da administração	25	(174.000)	(123.000)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(2.132.708)	(2.908.546)	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS (DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS		(1.970.851)	1.026.185	
(DESPESAS) E RECEITAS FINANCEIRAS	20	1.739.845	1.106.296	
Receitas financeiras	20	2.724.483	1.663.989	
Despesas financeiras	20	(984.638)	(557.693)	
RESULTADO OPERACIONAL		(231.006)	2.132.481	
Imposto de Renda	21	(22.530)	(570.298)	
Contribuição Social sobre o Lucro	21	(18.965)	(209.627)	
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(272.501)	1.352.555	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)					
	Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	960.000	3.242.493	560	(1.688.794)	2.514.259
Ajustes do exercício	-	-	-	(419.850)	(419.850)
Resultado do exercício	-	-	-	1.352.555	1.352.555
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	960.000	3.242.493	560	(756.089)	3.446.964
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	(272.501)	(272.501)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	960.000	3.242.493	560	(1.028.590)	3.174.463

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)					
	Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	960.000	3.242.493	560	(1.688.794)	2.514.259
Ajustes do exercício	-	-	-	(419.850)	(419.850)
Resultado do exercício	-	-	-	1.352.555	1.352.555
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	960.000	3.242.493	560	(756.089)	3.446.964
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	(272.501)	(272.501)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	960.000	3.242.493	560	(1.028.590)	3.174.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PLENA SAÚDE LTDA ("Operadora") é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar. Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0, em 31 de dezembro de 2014 está classificada na ANS como Operadora de porte médio, por possuir mais de 20.000 e menos de 100.000 beneficiários. As atividades da Operadora estão distribuídas em unidades administrativas e comerciais na cidade de Barueri e na cidade de São Paulo.

As demonstrações financeiras da Operadora, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tais significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraoperação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvidas essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Operadora em 27 de março de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Operadora, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tais significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraoperação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvidas essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Operadora em 27 de março de 2015.

As demonstrações financeiras da Operadora, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tais significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraoperação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvidas essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Operadora em 27 de março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Apuração do Resultado: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte: - **Receita:** reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável, a receita é mensurada com base no lucro justo das contraprestações recebidas, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as receitas. As Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos compreendem as contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma "pro rata" já atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante (PPCNG) Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhadas, conforme Resolução Normativa ANS nº 322/13. - **Custo:** os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. **3.2. Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$). **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras Não Vinculadas a Provisões Técnicas:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **3.4. Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas:** Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e é exercida a dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS (Agência Nacional de Saúde). As aplicações financeiras estão sendo classificadas em ativo circulante por possuírem prazo máximo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor. **3.5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde:** São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraoperação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias, em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiária pessoa física e o cálculo engloba não só as parcelas em atraso, mas também, todas as parcelas de um beneficiário que tenha pelo menos uma parcela em atraso, de acordo com a posição do "Aging-list". A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira. **3.6. Imobilizado, Líquido:** Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o ativo é vendido. **3.7. Avaliação de Residual e Vida Útil dos Ativos e Métodos de Depreciação** são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.7. Intangível, líquido:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável. **3.8. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de Impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. **3.9. Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde:** Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde são registrados no passivo com base no ativo recebido das faturas de prestação de serviços, tendo como contrapartida a conta de despesa de provisão para eventos a liquidar. Também estão incluídos nesta rubrica "Outros custos de pessoal e de outras despesas", inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial, porém, avisados posteriormente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.1. **3.10. Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganhada - PPCNG:** Contraprestação Não Ganhada apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento. **3.11. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.12. Empréstimos e Financiamentos:** São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são reconhecidos em cada período. **Provisão de Eventos Sinistros a Liquidar para o Exercício** - o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a modalidade legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde para o resarcimento ao Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos, composto por:

reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **3.15. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 16, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **3.15.1. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) que retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente foi calculada de acordo com as determinações das Resoluções Normativas (RNs) nº 206 e 209 de 2009, as quais revogaram a RN nº 160, de 03 de julho de 2007. **3.15.2. Provisão Passiva para Ações Judiciais:** A Operadora é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **3.15.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7. **3.15.4. Vida Útil dos Bens dos Ativos Imobilizados e Intangíveis:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Operadora e sua controlada revisam anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Modalidades	Tipo de Operação	2014	2013
Número mantido à vista em instituições financeiras	Conta corrente bancária	692.729	497.289
Total		692.729	497.289

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS

Modalidades	2014	2013
Títulos de Renda Fixa	6.002.865	5.480.424
Total	6.002.865	5.480.424

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS NÃO VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS

Modalidades	2014	2013
Aplicações em Renda Fixa CDB/CDI	2.780.198	4.195.718
Aplicações financeiras em mercado de opções e fundos de investimentos	462.062	441.497
Total	3.242.260	4.637.215

Fundo de Investimentos: Os valores das Cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. **Opções:** No mercado de capital, modalidade que envolve o estabelecimento de direitos e obrigações entre as partes, possibilitando adquirir ou vender títulos por determinado preço, em quantidade e por períodos preestabelecidos. **Certificados de Depósito Interbancário:** São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2014	2013
Coletivo - Pessoa Jurídica	748.618	158.716
Individual/Familiar - Pessoa Física	1.008.704	806.313
Total	1.757.322	965.029

CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2014	2013
Coletivo - Pessoa Jurídica	748.618	158.716
Individual/Familiar - Pessoa Física	1.008.704	806.313
Total	1.757.322	965.029

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2014	2013
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	630.018	326.067
CSL - Contribuição social sobre o lucro	186.864	130.293
Outros impostos e contribuições	18.826	18.827
Total	(835.708)	475.187

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2014	2013
Depósitos judiciais	-	498.598
Adiantamento a funcionários	10.333	8.291
Adiantamentos diversos	694.396	1.200.670